

# Consejo de Ministros

Terceira reunião  
11-12 de março de 1987  
Montevideu - Uruguai



Asociación Latinoamericana  
de Integración  
Associação Latino Americana  
de Integração

DISCURSO PRONUNCIADO PELO EXCELENTISSI  
MO SENHOR MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTE  
RIORES DA REPÚBLICA DO CHILE, JAIME DEL  
VALLE, NA SEGUNDA SESSÃO PLENARIA

ALADI/CM/III/di 3  
12 de março de 1987

Senhor Presidente da Terceira Reunião do Conselho de Ministros da ALADI, Senhores Ministros de Estado e Delegados Especiais, Senhores Embaixadores, Senhor Secretário-Geral, Senhores Observadores, Senhoras e Senhores.

Em primeiro lugar desejo felicitar o Senhor Presidente por sua merecida eleição para dirigir estas deliberações, tão importantes e úteis para nossos países.

Deixando de lado o protocolo, desejo agradecer também ao Governo e ao povo do Uruguai a cordial acolhida dada nesta sempre formosa e amável Montevideu.

Esta Terceira Reunião de Ministros, Senhores, é um peremptório desafio. A Delegação do Chile assiste com a firme vontade de respeitar os compromissos que aqui forem assumidos para avançar significativamente na tão desejada integração latino-americana e alcançar uma mais rápida e menos dolorosa saída da crise econômica que aflige nossos povos.

As decisões que adotemos devem ter o apoio político dos Governos para de ter o protecionismo e procurar a liberalização do comércio intra-regional. Mas, além disso, resulta transcendental assegurar que este esforço de cooperação regional não se transforme em uma estéril confrontação.

Nesta oportunidade desejo reiterar a profunda vocação integracionista do povo e do Governo do Chile. Continuamos convencidos da necessidade de fazer os máximos e leais esforços para acelerar e aprofundar este processo. Pensamos que este impulso integrador é uma alternativa que nos permitirá superar -pelo menos parcialmente- os graves problemas econômicos e sociais que nos afetam e restabelecer o constante processo de desenvolvimento de nossas economias.

Estamos conscientes das fortes pressões exercidas pelos produtores locais em nossos países, buscando proteção e exclusividade para seus produtos nos mercados internos. Estas pressões se manifestam nas sucessivas medidas que alguns países-membros aplicam para restringir suas importações.

//

O Chile, justo é reconhecê-lo, manteve-se firme na sua política de abertura ao comércio exterior, sem mais restrições que um baixo e eqüitativo nível tarifário, complementado com modificações marginais e temporárias deste, para com pensar as distorções provocadas por práticas desleais de comércio.

Esta e outras políticas macroeconômicas permitiram uma mudança estrutural na nossa economia, com resultados que poderiam ter sido excelentes se não tivesse ocorrido a enorme deterioração dos preços de nossas exportações e a crise financeira internacional. Não obstante, graças ao esforço e trabalho de todo um povo, logramos importantes progressos.

No entanto, estes progressos poderiam frustrar-se se nossos sócios comerciais da região aplicassem novas restrições e não reduzissem ou eliminassem as existentes. Todos os países-membros aqui representados devem contribuir para a liberalização. Alguns países, por sua dimensão e gravitação no comércio regional, têm, entretanto, maior responsabilidade; somente desta maneira estas negociações poderão superar o imobilismo e concluir em uma efetiva definição de um sistema regional de comércio mais justo e dinâmico com mútuos benefícios para nossos povos.

E por isso, então, que damos especial importância à eliminação das restrições não-tarifárias aplicadas pelos países-membros, dando nosso apoio para que esse processo de eliminação se realize de maneira gradual.

O mesmo acontece com a evolução da preferência tarifária regional, que esperamos tenha mais adiante aprofundamentos realmente significativos, respeitando um melhor tratamento para os países de menor desenvolvimento econômico relativo.

Confiamos, também, em que os acordos e delineamentos alcançados na Segunda Reunião de Representantes Governamentais de Alto Nível realizada em Acapulco, se concretizem e nos permitam atingir o objetivo de maior integração que nos traçamos.

Temos consciência de que o que foi feito até o momento não é suficiente. Dispomos das instituições, da estrutura jurídica e dos recursos humanos apropriados, que devem ser aproveitados para aprofundar uma cooperação que não se esgota em apenas um ato ou reunião, mas que deve ser um elemento permanente dos interesses de nossos países.

Desejo referir-me agora a um aspecto específico que preocupa esta Mesa.

A Delegação do Chile, na Reunião de Representantes Governamentais de Alto Nível realizada para preparar esta Reunião do Conselho, fez uma ressalva com referência ao ponto 2.2 do projeto em consideração.

Essa ressalva está baseada nos seguintes aspectos:

A ação em favor do Equador, prevista no parágrafo mencionado, foi apresentada quase no final da reunião. Não negamos que qualquer país-membro possa solicitar o tratamento de algum tema de seu interesse em qualquer momento, mas o aspecto apresentado pode ter conseqüências importantes para meu país, que não foi possível analisar com o necessário aprofundamento.

//

Outrossim, há determinados elementos técnico-econômicos na proposta que, a nosso juízo, deveriam ser considerados. Com efeito, solicita-se a incorporação à lista de abertura de mercados em favor do Equador de produtos selecionados por esse país sem ter sido consultado meu país.

Dessa lista, o Chile já informou sobre os produtos que podia incorporar. Ao insistir em que seja outorgado maior número que os já oferecidos, e se por isso o Chile os inclui na lista, estamos ameaçando uma série de produções nacionais muito sensíveis à concorrência.

Por outro lado, segundo nosso entender, não foram considerados os volumes do comércio. Neste sentido, o intercâmbio comercial do Chile com o Equador tem uma magnitude de importância. Segundo nossas estatísticas, no ano de 1984 teria atingido um valor da ordem de US\$ 75 milhões e em 1985, de US\$ 83 milhões. Em ambos os casos teria existido um déficit para o Chile de US\$ 18 e US\$ 13 milhões, respectivamente.

Foram dadas a conhecer as cifras anteriores porque, em nosso critério, são um elemento fundamental a ser levado em conta para solicitar a incorporação de novos produtos à lista de abertura. Consideramos que não é um critério ajustado pedir o mesmo número de produtos em função da categoria de países. Acreditamos que seria mais lógico que o pedido estivesse em estreita relação com os volumes do comércio.

Apesar do acima exposto, o Chile deseja demonstrar mais uma vez seu espírito integracionista e seu ânimo de cooperação em favor de um país amigo. Apesar dos argumentos indicados anteriormente, que são de suma importância para nosso país, retiro a ressalva feita para que o projeto em favor do Equador seja aprovado com nosso voto favorável e sem ressalva alguma de nossa parte.

Não posso finalizar estas palavras sem prestar uma cálida homenagem de gratidão a um nobre amigo uruguaio que durante os últimos três anos teve a responsabilidade de conduzir o Orgão técnico da Associação. Refiro-me ao Embaixador Juan José Real, que deixa agora seu cargo, depois de cumprir um eficiente e esforçado trabalho. Correspondeu a ele assumir o mandato dos Chefes de Estado dos países-membros de iniciar um processo de dinamização da integração regional.

A melhor homenagem ao trabalho do Embaixador Real é a realização desta Reunião do Conselho de Ministros que, estamos certos, concluirá hoje exitosamente.

Por tudo isso, reitero agora ao Embaixador Real a gratidão do Chile, de nossa Missão Permanente neste Organismo e a de todos os numerosos técnicos e delegados chilenos que sempre encontraram nele um grande amigo, um apoio e um estímulo.

Desejo, igualmente, dar ao novo Secretário-Geral, Senhor Norberto Bertaina, nossas cordiais boas-vindas. Conhecemos sua ampla capacidade e, ao mesmo tempo, pode estar certo de que sempre terá no Chile e nos seus representantes colaboradores entusiastas e convencidos da causa da integração latino-americana.

Muito obrigado.